I ENCONTRO REGIONAL DE EDUCAÇÃO

O 10 Encontro Regional de Educação promovido pela ADUR-RJ e os núcleos do SEPE: Itaguaí, Seropédica e Queimados, intitulado: “Resistir na Educação: avanços e desafios” discutiu através das temáticas: Escolas sem Partido, Base Curricular Nacional, Terceirização e Precarização a situação da Educação Pública no Estado e no País. A mesa de debate contou com a participação de professores da UFRRJ, da Educação Básica- Prefeitura Municipal de Itaguaí e alunos do movimento secundarista do município de Seropédica e da Escola Estadual Mendes de Moraes, ocupada pelos estudantes em 21 de março do ano presente. As discussões apontaram para a necessidade da organização da luta combativa e unificada das diferentes representações da Comunidade Escolar/Universitária: professores, estudantes e servidores educacionais no sentido de defender a educação pública.

No debate, foram defendidos por aclamação os seguintes posicionamentos:

1. No que se refere ao projeto Escola sem Partido é de nosso entendimento que ele fere os princípios de liberdade e democracia. Fere a autonomia da instituição escolar. É sustentado por princípios extremamente conservadores. É de caráter excludente, sendo extremamente nocivo para a sociedade. Com isso entendemos que é necessária e urgente a luta contra esse Projeto de Lei.
2. Sobre a Base Curricular Nacional destacamos sua forte articulação à política de avaliação educacional e a “ligação perigosa” que esta política estabelece com as empresas que operam no campo da avaliação. Tais empresas são representantes de agencias multilaterais, funcionando como uma espécie de controle sobre as decisões dos governos. A entrada do país no Programa para Avaliação Internacional de Competências de Adultos (Piaac) da OCDE promovida pelo MEC através do INEP consolida o caráter dessa política de avaliação educacional. Confirma também essa premissa a forte preocupação por parte dos representantes do MEC com a definição de sequencias de conteúdos por disciplinas/áreas de conhecimentos. Tais listas de conteúdos garantiriam uma padronização nacional de conhecimentos e, consequentemente, a ampliação da aplicação dos testes padronizados para fins de ranqueamento escolar e implantação de políticas de pagamento de professores por bônus – meritocracia. Essa proposta nega a diversidade sociocultural do país e com isso aquilo que deve ser definido como conhecimento culturalmente significativo. Ela retira a autonomia da escola e do professor, desvalorizando o seu trabalho.
3. O debate sobre a terceirização mostrou a relação de interdependência que esta mantém com a precarização. Os exemplos mostraram que é na ação de precarização dos serviços públicos que se sustenta a terceirização. O estado então deixa de administrar aquele serviço, argumentando sua incapacidade e repassando a função para uma empresa privada, ou seja, é colocado um atravessador que recebe dinheiro público para gerenciar o serviço público, lucrando muito com isso. Assim foi compreensão dos participantes que é necessário intensificar as ações de luta contra a terceirização.

Apesar de tratarmos de questões extremamente difíceis, que põem em questão o projeto de educação pública para o País e o Estado do Rio de Janeiro, o evento foi marcado por um grande otimismo, promovido, em parte, pelos alunos secundaristas, que mostraram a sua capacidade de organização, de luta e de coerência.

Fica então registrado que é através da organização de uma luta unificada e combativa, nesse caso da Educação, que poderemos avançar na conquista de direitos, por uma sociedade mais justa.

ADUR-RJ/S. Sindical do ANDES

SEPE/ Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do RJ

Seropédica, 31 de março de 2016